

Capítulo 1

Interpretação

CINCO FACTORES

Cada uma das nações que participaram na Segunda Guerra Mundial tem a sua versão dos acontecimentos. Britânicos e Americanos, Alemães e Italianos, Franceses e Holandeses, Russos e Polacos, Judeus e muitos outros, todos enfatizam as experiências do seu povo. Propositada ou inadvertidamente, todos eles diminuem a diversidade de experiências e inibem a apresentação de um panorama geral. Impedem que se veja o quadro completo. Dada a natureza humana, semelhante procedimento é inevitável. Ainda assim, o todo continua a ser mais importante que o particular. Todas as tentativas de analisar um pormenor da cena deviam ser acompanhadas de uma visão do todo, ou talvez precedê-la, para que cada parte ficasse devidamente integrada. É este enquadramento que o presente ensaio pretende esboçar.

Como também era inevitável, uma teia de conflitos tão complexa como a da Segunda Guerra Mundial deu origem a inúmeros mitos e lendas. Estes mitos constituem um filamento necessário da história. Não compete ao historiador bani-los, mas examiná-los, explicar as suas origens, e depois explicar a diferença entre os acontecimentos e a percepção dos acontecimen-

tos. Qualquer observador imparcial descreverá, por exemplo, a campanha que terminou nas praias de Dunquerque, em Junho de 1940, como uma clara vitória alemã e como um recuo catastrófico para a causa dos Aliados. O mesmo historiador deverá, simultaneamente, mostrar como o «Espírito de Dunquerque» tomou forma, como a sobrevivência foi alcançada a partir da derrota, como o recuo se converteu numa oportunidade de recuperar e de reconstruir. O desastre e a reacção ao desastre (do ponto de vista britânico), assim como a vitória e a incapacidade de explorar a vitória (do ponto de vista alemão) são aspectos indissociáveis da mesma história.

É inevitável que os historiadores tenham interpretações diferentes ou, pelo menos, que enfatizem pontos distintos. Nenhuma narrativa conseguirá alguma vez reunir o consenso universal, por muito homogeneizada que seja. Podemos, no entanto, tomar precauções contra as incorrecções mais grosseiras. Cada indivíduo deve ser comparado ao seu semelhante; as proporções devem ser observadas; e os critérios segundo os quais é julgada uma das partes do conflito devem ser aplicados, em igual medida, a todos os intervenientes nesse mesmo conflito. Por exemplo, a Batalha de El Alamein e a Batalha de Estalinegrado saldaram-se ambas pela vitória dos Aliados e contribuíram para a «mudança da maré» nos difíceis anos de 1942-43. Contudo, não podemos atribuir um mesmo peso a estas duas batalhas. Uma delas derrotou seis divisões do Eixo num campo de acção periférico; a outra derrotou vinte divisões do Eixo no sector central da frente principal. Do mesmo modo, os juízos de ordem moral não podem basear-se na ilusão de que o assassínio em massa praticado pelo inimigo constituiu prova de uma maldade desprezível, enquanto o assassínio em massa perpetrado pelo nosso lado foi apenas uma mácula infeliz.

Talvez seja melhor explicar o meu próprio ponto de partida. Sou britânico. Nasci em 1939. Sou historiador profissional. E dediquei a maior parte da minha carreira à investigação da Europa de Leste, em particular da Polónia e da Rússia. Com base nestes dados, poderá deduzir-se que cresci na Grã-Bretanha do tempo da guerra e que a minha educação decorreu num tempo em que a guerra era um vulto ameaçador. Julgo que não será errado dizer que, na minha geração, embora fôssemos demasiado jovens para nos envolvermos directamente, a Segunda Guerra Mundial foi o acontecimento mais importante das nossas vidas – tal como a «Grande Guerra» de 1914-18 fora o acontecimento mais importante nas vidas dos nossos pais. A primeira visita de estudo ao continente, na Páscoa de 1955, levou-nos a Viena, e tiraram-me

uma fotografia junto de uma sentinela soviética que usava um gorro de pele. Dou-me agora conta de que a guerra na Europa terminara havia menos de uma década. Víamos *Dam Busters* e *The Cruel Sea*, ou *Passaporte para o Paraíso* e *Mrs Miniver*. Não podíamos deixar de nos interessar pela guerra. Desde então, tenho constantemente colhido informação nova sobre o assunto em livros, filmes e trabalho de pesquisa, apercebendo-me ao mesmo tempo de como as memórias e o sentido de envolvimento pessoal se vão gradualmente esvanecendo.

Por outro lado, como historiador, testemunhei como os aspectos mais familiares da guerra na Europa Ocidental foram sendo submergidos por uma quantidade crescente de informação sobre os horrores da Frente Leste. Fui estudar para Oxford pouco depois de Alan Bullock ter publicado *Hitler: A Study in Tyranny*, e o meu professor, A. J. P. Taylor, estava ainda ocupado a escrever *The Origins of the Second World War* ⁽¹⁾. A Faculdade de História não oferecia cadeiras sobre o período de 1939-45, considerando que os acontecimentos eram demasiado recentes para permitir um estudo rigoroso. E mal se ouvira ainda falar do Holocausto. Na década de 60, houve quem divulgasse os «20 milhões de mortos soviéticos na guerra», e começou-se a tomar consciência, em grande parte graças a Krushev e a Soljenitsin, de que o *Gulag* soviético constituía um crime em massa de uma escala nunca antes imaginada. Nos anos 70, tomámos conhecimento do carácter singular do Holocausto, pelo que começámos a perguntar-nos como deveríamos integrá-lo no contexto global. Na década de 80, historiadores como Bullock atreveram-se a examinar as figuras de Hitler e de Estaline em paralelo. E, nos anos 90, o colapso da União Soviética veio finalmente silenciar aqueles que continuavam a negar o *Gulag*, demonstrando que Robert Conquest e outros críticos da URSS tinham estado bem mais perto da verdade do que muitos gostariam de reconhecer. O facto de os livros brilhantes de Antony Beevor, *Estalinegrado* (1998) e *A Queda de Berlim, 1945* (2002) ⁽²⁾, que finalmente divulgaram aos leitores ocidentais toda a selvajaria da Frente Leste, terem poucos equivalentes ou rivais anteriores é bem revelador das inibições que durante muito tempo se fizeram sentir.

Ao estudar a história polaca do período da guerra, pude aperceber-me claramente dos preconceitos enraizados. Aprendia-se rapidamente que a União Soviética invadira e ocupara metade da Polónia em Setembro de 1939, tal como a Alemanha invadira e ocupara a outra metade. No entanto, os historiadores ocidentais continuavam a escrever apenas sobre «a invasão nazi» da Polónia. A zona soviética da ocupação não era, simplesmente, encarada

como uma zona de ocupação. A propaganda nazi sobre estes assuntos foi prontamente rejeitada. A propaganda soviética não foi questionada. Sabia-se que o ocupante soviético procedia a deportações e assassínios em massa, a par de outras atrocidades perpetradas pelos Alemães. Contudo, gradualmente, a consciência ocidental voltou-se para o Holocausto apenas. Lemos sobre milhares de aldeias destruídas, sobre o massacre dos seus habitantes. Contudo, o único nome que os comentadores ocidentais souberam referir foi Lidice, na Boémia (ver p. 346). Tomámos conhecimento de operações colossais, como Barbarossa e Bagraion, e de tragédias colossais como o cerco de Leninegrado e a revolta de Varsóvia. E vimos como estes acontecimentos foram sempre remetidos para um compartimento emocional à parte. De alguma maneira, não faziam parte da «nossa guerra».

Acima de tudo, houve o massacre de Katyn – que de modo algum constituiu a maior das atrocidades, mas que pôs à prova a honestidade histórica. Na altura em que aderi à questão, na década de 70, as provas circunstanciais eram esmagadoras. Cerca de 25 000 oficiais dos Aliados tinham desaparecido na Rússia em 1940. Mas, para além de 4500 cadáveres descobertos pelos Alemães na Floresta de Katyn, perto de Smolensk, em 1943, a maior parte dos homens desaparecidos nunca chegara a ser encontrada. Não havia provas irrefutáveis, mas era altamente provável que os restantes 15 000 ou 20 000 se encontrassem noutras valas comuns, e que as suas mortes tivessem sido ordenadas por Estaline, e não por Hitler. Por uma vez, era bem possível que Goebbels estivesse a falar verdade⁽³⁾. Contudo, durante décadas, a oficialismo britânico recusou-se a comentar, a não ser para apontar o dedo aos nazis. Os oficiais britânicos foram proibidos de participar nas cerimónias em memória de Katyn. Os planos para edificar um monumento em Londres foram postos de parte. E o público britânico não demonstrou interesse em reconhecer nem um crime de importância maior, nem a tentativa repreensível de o encobrir. A postura adoptada parecia ser: que tinha a Frente Leste a ver conosco? Finalmente, em 1990, nas vésperas do 50.º aniversário, o presidente Gorbachev confessou e reconheceu que os massacres ocorridos em Katyn e em dois outros locais tinham sido perpetrados por forças de segurança soviéticas. Mais tarde, o presidente Ieltsin tornou público um documento assinado por Estaline que atestava a ordem de execução, com a data de 5 de Março de 1940. Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico elogiou a franqueza dos Russos. No entanto, o *British War Crimes Act* (1991) foi cuidadosamente pensado para excluir do seu âmbito de aplicação acontecimentos como os que tiveram lugar em Katyn.

E, por falta de coragem, foi só em 2002 que o Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgou uma selecção dos seus documentos sobre o assunto⁽⁴⁾.

Lembro-me de, ainda em 1984 ou 1985, eu e a minha mulher sermos convidados para ir a casa de A. J. P. Taylor, onde Katyn se tornou tema de conversa à mesa. A mulher de Taylor, uma antiga comunista húngara, recusava-se a aceitar que a União Soviética tivesse sido capaz de tais actos. Eu e a minha mulher insistíamos nos nossos argumentos, dizendo que havia sérias probabilidades de Estaline ser culpado. A. J. P. tinha de assumir o papel de mediador. A culpa dos Soviéticos não era algo de inconcebível, dizia ele, mas, na ausência de provas, os historiadores deviam manter uma mente aberta e abster-se de insinuações anti-soviéticas. Assim se resumia todo o problema. A. J. P. não era um homem sem posições definidas. Era um agitador de esquerda, destemidamente independente, sem nenhuma simpatia especial pela União Soviética. No entanto, num assunto como aquele, também não conseguia ser imparcial. Ninguém pediria contenção se se argumentasse que a culpa de Hitler e de Himmler era altamente provável. Os nazis eram conhecidos pela sua perversidade. Eram capazes de tudo, e nossos inimigos. Sentimo-nos sempre à vontade para fazer insinuações a respeito dos nazis – mas não a respeito das potências vitoriosas dos Aliados. A meu ver, esta postura tendenciosa é característica não apenas da maioria dos historiadores, mas também do grande público britânico e americano.

Convencido desta parcialidade, comecei a observar com mais atenção as formas particulares dos preconceitos veiculados pelos livros ocidentais sobre a Segunda Guerra Mundial. Claro que havia excepções. Contudo, de um modo geral, as opiniões expressadas no Ocidente foram-se tornando cada vez mais egocêntricas, e os mesmos juízos pouco sólidos tendiam a ser repetidos vezes sem conta. Quando comentavam a Frente Leste, os historiadores tendiam a seguir o exemplo de John Erickson, a repetir as interpretações soviéticas sem as questionar ou, na melhor das hipóteses, a evitar os pormenores. Com o tempo, comecei a acreditar que se tinha estabelecido uma «Perspectiva da História dos Aliados»:

As visões contemporâneas da Europa foram profundamente influenciadas pelas emoções e experiências das duas Guerras Mundiais e, especialmente, pela vitória da «Grande Aliança» [de 1941-45]. Graças às suas vitórias em 1918, em 1945 e no fim da Guerra Fria, em 1989, as Potências Ocidentais conseguiram exportar para todo o mundo a sua interpretação dos acontecimentos [...] As prioridades e os pressupostos que resultam das

acções dos Aliados no tempo da guerra são muito comuns nos relatos do século XX e projectam-se frequentemente em períodos mais remotos. Podem ser provisoriamente resumidas da seguinte forma:

- A crença num único tipo de Civilização Ocidental, em que a «Comunidade Atlântica» é apresentada como o pináculo do progresso humano [...]
- A ideologia de «antifascismo» em que a Segunda Guerra Mundial de 1939-45 é encarada [...] como o acontecimento decisivo para o triunfo do Bem sobre o Mal [...]
- Um fascínio demonológico pela Alemanha, o inimigo duas vezes derrotado [e] a primeira causa dos [males da Europa] [...] (*N.B.* Não deve, de modo algum, confundir-se a cultura alemã com a política alemã.)
- Uma visão indulgente e romantizada do Império Czarista e da União Soviética, o aliado estratégico do Leste, habitualmente chamado «Rússia». Os manifestos erros da Rússia não devem nunca ser classificados como os do inimigo [...]
- A aceitação implícita da Europa nas esferas Ocidental e de Leste [...]
- A negligência propositada de todos os factos que não sustentam as ideias acima apresentadas (⁵).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, comecei também a categorizar as múltiplas incorrecções que foram encorajadas pela Perspectiva Aliada e que podem ser observadas em diversas obras sobre a Segunda Guerra Mundial. Subsequentemente, escrevi um artigo intitulado «Ten Forms of Selectivity» [«Dez Formas de Selectividade»], identificando as seguintes fontes de mal-entendidos:

1. propaganda política;
2. preconceitos pessoais;
3. perspectivas paroquiais;
4. estereótipos;
5. estatísticas;
6. grupos com interesses particulares;
7. os procedimentos de historiadores profissionais;
8. a História dos Vencedores;
9. a História dos Vencidos;
10. selectividade moral.

No último ponto, demonstrei como as narrativas da história caíram frequentemente em esquemas simplistas de «o Bem» contra «o Mal» (6).

Estava tudo muito bem. O artigo foi sobejamente elogiado. Todavia, não pude evitar uma sensação de desconforto. Não só me colocara em dissintonia com a maioria dos meus colegas de profissão, como também não tinha uma alternativa coerente a sugerir. É muito fácil apontar os erros das interpretações dominantes quando não arriscamos uma apresentação clara da nossa. Não é difícil criticar ou desconstruir as leituras dos outros. Tarefa bem mais ambiciosa é propor uma nova interpretação, traçando de forma sustentada novos parâmetros para um dado problema. Mas este é um exercício necessário. Em meu entender, existem cinco factores essenciais que devem ser levados em consideração quando analisamos a Segunda Guerra Mundial: geográfico, militar, ideológico, político e moral.

LIMITES GEOGRÁFICOS

Quando a União Soviética acordou com o Japão uma trégua duradoura (a 15 de Setembro de 1939), deixou de haver um vínculo entre os dois teatros – Europa e Pacífico – da Segunda Guerra Mundial. Foi este facto que levou os historiadores a tratar a guerra na Europa como uma cadeia de conflitos à parte da que se desenrolou na Ásia. O conflito entre Soviéticos e Nipónicos – intenso durante a Batalha de Khalkhin-Gol (ver p. 172) – viria a reacender-se apenas no Verão de 1945, depois de terminada a guerra na Europa. A trégua de 1939 foi consolidada com um tratado de neutralidade assinado pelos dois países a 13 de Abril de 1941 (7).

À excepção do Norte de África, os combates no teatro europeu não ultrapassaram os limites geográficos da Europa. Contudo, a Grã-Bretanha na Palestina e no Egipto, a França na Síria, no Líbano e na Argélia, e a Itália em Trípoli, todas possuíam territórios no Levante ou na África subsariana, e o conflito entre os Aliados Ocidentais e o Eixo acabou por alastrar a toda a região entre Marrocos e o Nilo.

A partir de 1941, tanto os EUA como, de modo menos visível, a Grã-Bretanha e as suas colónias intervieram simultaneamente na Europa e no Extremo Oriente. Este duplo envolvimento afectou, obviamente, as questões logísticas e o planeamento estratégico, mas não conduziu à integração próxima dos dois palcos. Enquanto milhões de soldados americanos, canadianos, australianos,

neozelandeses, indianos e sul-africanos combatiam na Europa, nenhuma força europeia – com uma possível exceção de importância menor – pisou solo americano com intenções hostis. Nenhum exército soviético combateu fora da Europa durante a guerra europeia.

Nos limites extremos do teatro europeu encontravam-se Gibraltar, a Gronelândia, Narvik, Leninegrado, Estalinegrado, o monte Elbrus, a Bulgária, o Cairo e Casablanca. Não devemos, porém, supor que todas as regiões no interior deste anel participaram no conflito. A configuração básica da guerra na Europa consistiu num núcleo constituído pelas potências do Eixo e numa área periférica dominada pelos inimigos do Eixo. Numa primeira fase, o núcleo do Eixo expandiu-se rapidamente, passando a incluir outros países vizinhos – a Polónia a leste, a Dinamarca e a Noruega a norte, o Benelux e a França a oeste. E o território a leste da Polónia era controlado por uma URSS pró-Eixo. As Potências Ocidentais viram-se expulsas do continente, para sua grande desvantagem. Na fase seguinte, embora as forças soviéticas tivessem constituído uma frente contígua ao território ocupado pelos Alemães, as forças ocidentais só podiam confrontar-se com as tropas do Eixo procedendo a complicadas manobras anfíbias, bastante dispendiosas e arriscadas – como se verificou no Norte de África, na Sicília e na Normandia. Foi, talvez, essa a principal razão de a tão anunciada «Segunda Frente» ter tardado a materializar-se.

É frequente dizer-se, com uma certa precipitação, que «a guerra assolou toda a Europa». Trata-se aqui, claramente, de um exagero. Os países neutrais não chegaram de todo a envolver-se (ver p. 316). Alguns dos países que enviaram forças para combater além-fronteiras, como a Grã-Bretanha ou a Espanha, não sofreram a ocupação do seu território. A Grã-Bretanha, que foi alvo de bombardeamentos severos durante um período de tempo relativamente breve, em 1940-41, retaliou contra a Alemanha durante um período de tempo bastante mais longo, 1941-45, e sofreu apenas uma retaliação esporádica aquando das campanhas de mísseis V1 e V2 em 1944-45. A Bulgária, a Roménia e a Hungria, que se juntaram às Potências do Eixo, estiveram envolvidas de diversas formas nos primeiros momentos da guerra e só integraram a lista dos países ocupados na fase final. Mesmo os países que mais sofreram com os combates e a ocupação chegaram ao fim do conflito com grande parte do seu território intacta. Em França, por exemplo, a «zona livre» do Sul foi essencialmente poupada durante três dos seis anos de guerra. As províncias orientais do *Reich*, que se encontravam fora do alcance dos bombardeamentos das forças aliadas, permaneceram mais tempo ainda numa relativa tranquilidade. Mais surpreendente ainda, numa primeira análise, é o

facto de mais de 90% do território da URSS – o Estado que continha também, de longe, as regiões mais vastas e aquelas que originaram combates mais intensos – ter permanecido intacto ao longo da guerra, constituindo uma ampla base propícia à organização de recursos, à preparação da resistência e ao treino de manobras armadas.

Assim, na realidade, as principais zonas da Europa onde se desenrolou a guerra de 1939-45 limitaram-se a um número relativamente reduzido de países e/ou regiões. Foram eles:

- Albânia, 1939-45
- Polónia, 1939-45
- Noruega e Dinamarca, 1940-45
- Benelux, 1940-45
- Norte da França, 1940-44
- Estados bálticos, Bielorrússia e Ucrânia, 1940/41-44
- Jugoslávia, 1941-45
- Grécia, 1941-45
- Itália, 1943-45

A Alemanha e a Áustria estiveram expostas a uma crescente ofensiva aérea a partir de 1942, mas as suas fronteiras só foram transpostas em Outubro de 1944, ou ainda mais tarde. Por outro lado, vários outros pontos foram atingidos pelos aspectos mais severos da guerra apenas por períodos de tempo relativamente breves:

- Finlândia, 1939-40, 1941-42
- Sul da Inglaterra, 1940-41
- Leninegrado, 1941-43
- Oeste da Rússia, 1941-42
- Sul da Rússia, 1942-43
- Roménia, Bulgária, Hungria, 1944-45

A precisão tem uma importância vital, quando nos debruçamos sobre a geografia da guerra na Europa. Não podemos deixar de fazer a distinção entre as fronteiras pré-guerra e as fronteiras pós-guerra. É essencial precaver-mo-nos contra simplificações enganadoras. Durante a guerra, era comum dizer-se «Inglaterra» em vez da designação mais complicada de «Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte». Porém, a maioria dos comentadores compreendia as realidades mais complexas subjacentes ao conve-

niente rótulo abreviado. Do mesmo modo, era muito comum falar-se de «Rússia» ou de «Russos» em vez de «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas». Neste último caso, somos, todavia, obrigados a reconhecer que o termo abreviado é mais do que uma mera imprecisão, uma vez que mascara algumas das questões centrais no contexto global das operações. Com efeito, os Russos representavam apenas cerca de metade da população da URSS. E foram as repúblicas soviéticas ocidentais – não a Rússia – que sofreram os combates mais intensos e que suportaram o fardo da ocupação alemã. Nos nossos dias, depois de a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Bielorrússia e a Ucrânia se terem tornado nações soberanas, podemos, ao espreitar o mapa, observar as fronteiras da Rússia. Contudo, ao longo de 50 anos, a maioria dos historiadores ocidentais escreveu numa abençoada ignorância a respeito daqueles países, ou pelo menos partiu do princípio – erradamente – de que a geografia étnica, nacional e política da Frente Leste não era importante.

A guerra naval cobriu distâncias imensas. Embora numa escala diferente da que assumiram as operações no Pacífico, a Batalha do Atlântico (1939-45) envolveu milhares de navios de todas as formas e dimensões, desde porta-aviões a submarinos, passando por humildes navios mercantes. Os seus limites estenderam-se à Gronelândia e a Murmansk, a Montevideu e à Cidade do Cabo. A Batalha do Mediterrâneo (1939-43) foi travada sobre a linha de comunicação da Grã-Bretanha com o canal de Suez e, através do Suez, com a Índia. Graças ao controlo dos estreitos por uma Turquia neutral, não se estendeu ao mar Negro.

Os combates aéreos ocorreram numa área mais restrita. Nos anos 40, os aviões não percorriam distâncias tão grandes como os navios. As frota de bombardeiros tinham uma autonomia de aproximadamente 1600 km. As frota equivalentes nas bases do Sul da Itália mal conseguiam chegar a Varsóvia. Os seus caças de escolta eram ainda mais limitados. Todos os voos de transporte mais longos tinham de ser efectuados por etapas. Voar dos EUA para a Grã-Bretanha implicava paragens para reabastecimento em Gander Bay (Terra Nova), Reiquejavique (Islândia) e muitas vezes em Belfast, ou, mais tarde, na Bermuda ou nos Açores. Um voo de Londres para Moscovo tinha de se fazer via Gibraltar, Cairo, Teerão e Kuibyshev (hoje Samara).

Finalmente, no que se refere à geografia, perguntamo-nos se se poderá dizer que a guerra na Europa teve um «centro de gravidade» – um lugar que reflecta o peso relativo da acção militar a norte, leste, oeste e sul. Não é possível fazer um cálculo rigoroso. Contudo, dado o peso esmagador da Frente

Leste, a força gravitacional naquela direcção só até certo ponto poderá ter sido contrabalançada pela influência de outras direcções. O ponto focal *não* poderia situar-se na Europa Central – a meio caminho entre o Leste e o Ocidente – mas algures a leste ou a sudeste. A resposta será, assim, quase de certeza, a Bielorrússia e a parte ocidental da Ucrânia. Nas obras convencionais de história europeia, não se reconhece a estes países uma identidade individual. No entanto, foram eles que sofreram a guerra na sua forma mais intensa e que viveram as piores tragédias civis: as deportações, as ocupações soviética e alemã, o flagelo do *Lebensraum* e o Holocausto. Estiveram envolvidos no conflito desde o seu início em Setembro de 1939 (quando o mundo os considerava ainda como a parte leste da Polónia) até à sua fase final, em 1944-45, altura em que forneceram ao Exército Vermelho o principal ponto de reentrada na Europa Central. Foi no seu território que tiveram lugar as duas maiores campanhas da guerra – Barbarossa e Bagraion. Não foi por acaso que a Bielorrússia perdeu uma percentagem muito mais elevada de população civil do que qualquer outro país europeu, nem que a Ucrânia perdeu o maior número de civis em termos absolutos. A história destes países merece ser mais divulgada.

PARÂMETROS MILITARES

Os livros de história fazem a distinção entre potencial militar e capacidade militar. O primeiro consiste numa estimativa puramente teórica, procurando calcular a quantidade e a qualidade das forças armadas que, com o tempo e a devida preparação, um país será capaz de alcançar. Na sua forma mais simples, este cálculo faz-se multiplicando o número total de homens jovens disponíveis para combater por um número que represente o máximo de recursos económicos que poderão ser despendidos para os treinar, equipar, transportar, abastecer e sustentar. Trata-se de um indicador importante, tendo em conta que o país com o maior potencial militar em 1939 era também o país com a menor capacidade desenvolvida. Uma estimativa famosa foi aquela que o Royal Institute of International Affairs efectuou em 1939. No cálculo foi utilizada uma medida económica vaga que omitia o factor demográfico – supostamente sob o pretexto de que o PNB implicava uma população numerosa (ver quadro na página seguinte).

É claro que este exercício suscita diversas objecções. Por exemplo, poderá parecer que um país pobre, disposto a enviar para combate soldados

mal treinados, mal armados e malnutridos tem um maior potencial do que um país da mesma dimensão que faz questão de treinar, armar, alimentar e vestir os seus soldados segundo os padrões mais elevados. Coloca-se-nos, então, o seguinte problema: o que acontece quando a qualidade confronta a quantidade? Será que os homens mais bem treinados e os soldados mais bem armados de uma força de elite, com boas rações e bons agasalhos, conseguirão vencer as hordas de um inimigo supostamente inferior? Ou serão, simplesmente, esmagados pela vantagem numérica do adversário? Era exactamente este tipo de cálculo que regularmente se fazia na Frente Leste.

Potencial militar ⁽⁸⁾

	Produção, 1938	Poderio industrial relativo		Despesas militares, 1933-38	Potencial bélico relativo, 1937
	(1932 PNB = 100%)	(produção mundial = 100%)		(£ milhões)	(mundo = 100%)
		1929	1938		
França	108	6,6	4,5	1088	4,2
Alemanha	211	11,0	13,2	3540	14,4
Reino Unido	143	9,4	9,2	1201	10,2
EUA	153	48,3	28,7	1175	41,7
URSS	258	5,0	17,6	2808	14,0

A capacidade militar, pelo contrário, mede forças permanentes que já existem. Na sua forma mais simples, diz respeito apenas a números:

Capacidade militar em 1939 ⁽⁹⁾

França	900 000
Alemanha	3 180 000
Itália	1 899 600
Polónia	1 200 000
Reino Unido	681 000
EUA	175 000
URSS	9 000 000

A natureza das forças não é, contudo, menos relevante do que os números, e o equilíbrio entre marinha, força aérea e exército terrestre é crucial. Em 1939, por exemplo, a Grã-Bretanha possuía a segunda armada mais forte do mundo, uma força aérea em rápida expansão e um exército minúsculo. Isto significava que tinha uma elevada capacidade quando se tratava de defender as Ilhas Britânicas, mas uma capacidade quase nula para combater um inimigo que tivesse conseguido entrar no seu território, ou para conduzir uma campanha continental independente. Os EUA, que possuíam a maior armada do mundo, mas um exército inferior ao polaco, encontravam-se numa posição igualmente vulnerável.

Uma análise da distribuição da capacidade entre os principais combatentes, em momentos distintos da guerra, levaria a supor que a Alemanha tinha o melhor equilíbrio de forças e, por isso, a maior capacidade de fazer frente a todo o tipo de adversário. No entanto, com o passar do tempo, a *Kriegsmarine* foi dizimada e confinada aos portos; a *Luftwaffe* foi, em vão, sujeita a um esforço excessivo, vendo-se incapaz de superar as suas perdas; e a *Wehrmacht*, embora lutasse com uma extraordinária determinação, foi inexoravelmente derrotada.

Também aqui, mais uma vez, podem surgir inúmeras objecções. As estatísticas relativas a homens e a equipamento não nos dão, por si só, indicações acerca de outros factores decisivos, como a estratégia militar, a execução das manobras, a surpresa e o moral. O exército com o grau mais elevado de capacidade ou com o melhor equipamento nem sempre é aquele que vence a batalha. O exemplo clássico deste caso é a campanha francesa de Maio-Junho de 1940. Quantitativamente, o Exército francês tinha aproximadamente o mesmo número de tanques que a *Wehrmacht*. Os veículos, sobretudo *Renault B1*, eram tecnicamente adequados. Contudo, os estrategos franceses optaram por uma manobra defensiva, dispersando os tanques pelo meio de um elevado número de unidades de infantaria, enquanto os Alemães concentraram os seus tanques numa posição ofensiva, constituindo unidades de ataque e recorrendo à tática de *blitzkrieg* (*). O resultado foi impressionante.

A primeira preocupação do historiador não é, então, nem o potencial nem a capacidade, mas a mobilização activa. É preciso saber-se que forças foram mobilizadas onde, quando, durante quanto tempo e com que intensidade. A uma pequena escala, a análise da mobilização explica em larga medida o resultado de um determinado confronto, batalha ou campanha. E, em grande

(*) *Blitzkrieg*: guerra-relâmpago (N. T.)

escala, permite-nos ver simultaneamente a forma e a dimensão do todo, e compreender a importância relativa das partes que o compõem (ver quadro). Em linhas gerais, o volume de envolvimento pode ser medido em homem-meses, partindo-se do pressuposto de que um soldado a lutar durante seis meses equivale a seis soldados que lutem durante um mês. Tomando como exemplo a primeira campanha da guerra, na Polónia (1 de Setembro – 5 de Outubro, 1939), vemos que 800 000 soldados polacos combateram contra 1,25 milhões de soldados alemães durante cinco semanas. Isto significaria $800\,000 \times 1,25$ ou um milhão de homem-meses para os Polacos, $1,25$ milhões $\times 1,25$ ou $1,56$ milhões para os Alemães, e um total de $2,56$ milhões de homem-meses para ambos os lados. Este exemplo pode ser comparado ao número bem mais elevado de nove milhões de homem-meses da campanha finlandesa de 1939-40, quando 300 000 Finlandeses e 1,2 milhões de Soviéticos lutaram durante seis meses, de Novembro de 1939 a Março de 1940.

Mobilização militar⁽¹⁰⁾

	Navios de guerra em serviço	Aviões de guerra em serviço	Tropas mobilizadas
<i>Setembro 1939</i>			
Grã-Bretanha	251	1660	402 000
França	97	950	900 000
Polónia	4	678	1 200 000
Alemanha	28	2 916	2 730 000
<i>Abril 1945</i>			
Grã-Bretanha (<i>Europa Ocidental</i>)	744	8000	2 000 000
EUA (<i>Europa Ocidental</i>)	1172	21 572	3 467 000
URSS	–	17 000	12 000 000
Alemanha	–	2175	6 100 000

Neste caso, as objecções prendem-se com o facto de meros cálculos de tempo e de número de soldados não levarem em conta a natureza dinâmica das operações militares, nem as mudanças da sorte. De qualquer forma, o número de soldados não indica o poderio real de um exército. Em qualquer típica *ordre de bataille* do período da Segunda Guerra Mundial, a infantaria

seria diferenciada das unidades de cavalaria, das unidades blindadas, motorizadas e aéreas, e as tropas seriam sempre acompanhadas por um elevado número de tanques, aviões e canhões.

Contudo, mesmo não sendo exacto, o indicador de mobilização activa permite efectivamente ao historiador determinar o peso relativo de campanhas sucessivas e, com base nisso, a dimensão das operações no seu todo. Depois de quantificados os combates da Campanha Finlandesa, por exemplo, podemos, sem hesitações, rejeitar a afirmação das autoridades soviéticas de que o conflito se resumiu a uma escaramuça de fronteira, ou de que a União Soviética foi um observador neutral da guerra até Junho de 1941. De resto, a lista completa destes cálculos fornece alguns resultados surpreendentes:

Mobilização activa de forças na Europa

<i>Campanha</i>	<i>Homem-meses (milhões)</i>
<i>Polónia Setembro 1939</i>	2,56
<i>Finlândia 1939-40</i>	9,00
<i>Invasão da Noruega e da Dinamarca pela Alemanha 1940</i>	0,04
<i>Ofensiva Ocidental da Alemanha Maio-Junho 1940</i>	9,00
<i>Guerra Germano-Soviética 1941-45</i>	406,00
<i>Norte de África 1941-43</i>	5,00
<i>Itália 1943-45</i>	4,40
<i>Frente Ocidental Junho 1944- Maio 1945</i>	16,50

Com base nestes dados, podemos concluir com segurança que o esforço de guerra no Ocidente não pode, de modo algum, ser equiparado ao que se verificou no Leste⁽¹¹⁾.

As baixas – especialmente os números referentes aos «mortos em combate» – constituem outro indicador útil relativamente aos níveis de actividade militar. Neste campo, as estatísticas são claramente falíveis. Existem quase tantas estimativas quantos os investigadores, e os resultados obtidos podem ser muito diferentes. Podemos, ainda assim, com base nos

principais registos, ter algumas certezas relativamente à magnitude do fenómeno:

**Baixas militares na Europa
1939-45 (estimativa) ⁽¹²⁾**

URSS	11 000 000
Alemanha	3 500 000
Roménia	519 000
Jugoslávia	300 000
Itália	226 000
Reino Unido	144 000
EUA	143 000
Hungria	136 000
Polónia	120 000
França	92 000
Finlândia	90 000

Sejamos francos. Estas estimativas deveriam, antes, ser consideradas como «palpites». A chacina na Frente Leste teve uma tal intensidade que a distinção entre «morto em combate» e «desaparecido em combate» se tornou muitas vezes irrelevante. O mesmo se pode dizer da possibilidade de contar os mortos e de efectuar registos. Todavia, a conclusão mais óbvia salta à vista: a guerra no Leste assumiu uma escala muito superior à que se verificou em qualquer uma das frentes onde os Aliados ocidentais estiveram envolvidos.

Uma conclusão idêntica se pode retirar das estatísticas referentes às baixas ocorridas em campanhas ou batalhas individuais. Não há, simplesmente, comparação possível entre a magnitude dos combates no Leste e a dos que tiveram lugar nos restantes pontos (ver quadro na página seguinte).

Na Grã-Bretanha ou na América, aqueles que se interessam por estas questões estarão certamente cientes de que Leninegrado, Estalinegrado e Kursk foram grandes batalhas. Mas é pouco provável que tenham reparado na tremenda preponderância do Leste relativamente ao Ocidente, ou que se tenham apercebido de que operações comparativamente «menores» como a

batalha de Budapeste ou a Revolta de Varsóvia envolveram combates tão intensos como os da Normandia ou da Batalha das Ardenas.

Mortes em batalhas e campanhas individuais⁽¹³⁾

Operação Barbarossa: batalhas da Bielorrússia I, Smolensk I + Moscovo 1941	1 582 000
Estalinegrado Setembro 1942 – 31 Janeiro 1943	973 000
Cerco de Leninegrado Setembro 1941 – 27 Janeiro 1944	900 000
Kiev Julho – Setembro 1941	657 000
Operação Bagration 1944	450 000
Kursk 1943	325 000
Berlim 1945	250 000
Campanha da França Maio – Junho 1940	185 000
Operação Overlord 6 Junho – 21 Julho 1944	132 000
Budapeste Outubro 1944 – Fevereiro 1945	130 000
Campanha da Polónia Setembro 1939	80 000
Batalha das Ardenas Dezembro 1944	38 000
Revolta de Varsóvia 1 Agosto – 1 Outubro 1944, excluindo civis	30 000
Operação Market Garden Setembro 1944	16 000
Batalha de El Alamein Outubro – Novembro 1942	4 650

Fazendo o balanço, qualquer observador imparcial se sentirá tentado a atribuir ao esforço de guerra das potências ocidentais uma dimensão secundária. No que se refere aos combates terrestres, não teve, claramente, a importância que lhe tem sido conferida. As forças britânicas foram, talvez, responsáveis por 5 a 10% das baixas alemãs; as forças americanas, por um pouco mais – possivelmente 15%. Seria, no entanto, errado salientar exclusivamente as campanhas de exércitos e o «preço em sangue» daí resultante. Houve outras esferas de acção em que os Aliados ocidentais desempenharam um papel muito mais relevante, que hoje deve, necessariamente, ser reconhecido.

A GUERRA NAVAL

As armadas e frotas mercantes das potências ocidentais foram extremamente importantes. Em 1939, havia cinco potências navais de destaque. (As frotas soviética e polaca eram relativamente reduzidas, e estavam ambas encurraladas em mares fechados⁽¹⁴⁾.) O facto de os EUA, que possuíam a maior frota do mundo, terem entrado na guerra alterou profundamente a situação. Em 1943, das cinco potências do início restavam três e, pouco depois, com a *Kriegsmarine* relutante em aventurar-se no mar alto, ficaram reduzidas a duas. Os Britânicos e os Americanos alcançaram nos oceanos um papel tão preponderante quanto os Soviéticos tiveram em terra.

**Tonelagem dos Aliados perdida
na «Batalha do Atlântico»⁽¹⁵⁾**

<i>Ano</i>	<i>Tonelagem perdida</i>
1939	299 000
1940	1 861 000
1941	2 556 000
1942	5 934 000
1943	1 892 000
1944	226 000
1945	132 000

Constituíram-se dois grandes teatros de acção – o Mediterrâneo e o Atlântico Norte. No primeiro, os Britânicos e os Franceses defrontaram inicialmente a Marinha italiana e um número reduzido de navios alemães que conseguiram escapar à vigilância e entrar por Gibraltar. Seis meses mais tarde, a Marinha britânica estava por sua conta, e viu-se obrigada a tomar a medida drástica de afundar a frota do seu até então aliado francês, por forma a impedir que os navios de guerra caíssem nas mãos de Vichy (ver p. 103). Em 1941-42, a acção conjunta de navios de guerra italianos ao largo de Nápoles, uma unidade aérea alemã na Sicília, e um número significativo de submarinos alemães não só permitiu abastecer as forças do Eixo no Norte de África, como também ameaçou extinguir as linhas de comunicação britânicas

entre Gibraltar, Malta e Alexandria. Durante alguns meses, marcados pela defesa heróica de Malta, a sorte dos Britânicos esteve por um fio. Só alcançaram verdadeiramente uma posição de vantagem em Setembro de 1943, com a rendição da Itália.

A Batalha do Atlântico foi particularmente renhida de 1939 até meados de 1943, prosseguindo a partir de então com menor intensidade. Estendeu-se desde a linha de comunicação marítima britânica até ao Canadá e aos EUA. Enquanto a linha de comunicação se mantivesse aberta, a Grã-Bretanha tinha hipóteses de sobreviver; se fosse quebrada, a Grã-Bretanha teria de enfrentar o cerco e a fome. Tal como no Mediterrâneo, os resultados eram imprevisíveis. Com 200 submarinos à disposição no início de 1943, o almirante Dönitz estava confiante na vitória. Foi derrotado por um acentuado desenvolvimento técnico que possibilitou à Grã-Bretanha combater os submarinos alemães e, acima de tudo, por um surpreendente aumento da construção de navios nos EUA, que disparou de 1,18 milhões de toneladas brutas em 1941 para 13,7 milhões em 1943. A partir de então, os Aliados ocidentais introduziram muito mais navios novos nas suas rotas de abastecimento do que os Alemães conseguiam afundar. A 18 de Maio de 1943, Dönitz ordenou aos seus submarinos que abandonassem o Atlântico Norte «temporariamente». Não voltariam a estar em posição de vantagem.

Todavia, ao contrário do que poderia parecer, a guerra naval não se interrompeu. Os submarinos alemães continuaram em acção, limitando a liberdade dos comboios de navios. Em Abril de 1945, com o III *Reich* à beira da derrota, afundaram navios aliados correspondentes a um total de 74 000 toneladas. Por outro lado, à medida que o Báltico foi ficando livre, a Marinha soviética entrou em acção. O maior desastre naval da guerra ocorreu a 30 de Janeiro de 1945, quando um submarino soviético afundou um grande navio de transporte alemão, o *Wilhelm Gustloff*, com cerca de 10 000 passageiros a bordo.

Não é fácil avaliar a importância estratégica da vitória dos Aliados no mar. Não foi um acontecimento que determinasse a vitória imediata da guerra. No entanto, revelou-se essencial para impedir que a Alemanha perseguisse os seus interesses à volta do mundo, que escapasse ao bloqueio e que reanimasse as suas linhas de comércio. Sem a vitória no mar, a Grã-Bretanha teria sido isolada ou derrotada, e as suas mais-valias seriam usadas para vantagem dos Alemães. Sem o «porta-aviões fundeado» que era a Grã-Bretanha, a intervenção dos EUA na Europa teria sido pouco significativa. A guerra anfíbia não teria sido possível. O desembarque dos Aliados na Sicília e na Normandia não se teria concretizado. A *Wehrmacht* poderia

ter-se concentrado exclusivamente na Frente Leste. E a Ofensiva de Bombardeamento Estratégico dos Aliados, que tinha a sua base na Grã-Bretanha – a operação que o Ocidente prefere considerar decisiva para a vitória da guerra –, nunca teria tido lugar⁽¹⁶⁾.

A GUERRA AÉREA

As Potências Ocidentais acabaram por se tornar igualmente preponderantes na guerra aérea, factor que utilizaram com crescente eficácia. Pouco antes da guerra, as forças aéreas eram ainda concebidas como uma nova forma de apoio tático às tradicionais forças terrestres e marítimas. Os aviões militares eram necessários para observar o inimigo, bombardear linhas de comunicação, fazer dispersar tropas, atacar posições fortificadas, proteger navios e, naturalmente, neutralizar as forças aéreas do inimigo. Na maioria dos países, as unidades aéreas permaneceram sob a alçada do Exército ou da Marinha. As forças aéreas da URSS encontravam-se divididas entre a força aérea do Exército Vermelho e a força aérea da Marinha Vermelha. O mesmo se verificou nos EUA. A Força Aérea americana (USAAF), que se tornou a força mais importante da sua categoria em todo o mundo, foi, ao longo da guerra, uma divisão integrada no Exército americano, e o seu comandante só podia reunir-se à Junta de Chefes de Estado-Maior com a permissão dos seus superiores do Exército. Na Grã-Bretanha e no III *Reich*, a Força Aérea britânica (RAF) e a *Luftwaffe* gozavam de um maior grau de autonomia, mas ambas tinham de aceitar o seu estatuto de «forças militares secundárias».

Em 1939, havia na Europa seis forças aéreas dignas de nota. A Força Aérea soviética era, de longe, a mais importante:

Forças Aéreas em 1939⁽¹⁷⁾

	N.º de aviões
URSS	8105
Alemanha	2916
Itália	1796
Grã-Bretanha	1660
França	950
Polónia	678
